

O QUE MUDOU COM A CONSTITUIÇÃO



Trabalhador rural

O trabalhador rural passa a ter todos os direitos assegurados ao trabalhador urbano. Antes, apenas o chefe de família, em geral o homem, podia se aposentar, com meio salário mínimo, aos 65 anos



Direitos trabalhistas

No campo dos direitos trabalhistas, a Constituição fixou a jornada de trabalho máxima de 44 horas semanais, criou o seguro-desemprego, aumentou a licença maternidade de três para quatro meses e garantiu o direito de greve. Para os funcionários públicos esse direito teria de ser regulamentado por lei, o que não ocorreu até hoje

Filhos adotados

Todos os filhos, tidos dentro ou fora do casamento, ou por adoção, passam a ter os mesmos direitos. Antes, só filhos "legítimos" tinham direito a herança



Concurso público

O ingresso no serviço público passa a se dar exclusivamente por concurso público. Anteriormente, era possível fazer concursos internos para efetivação ou a contratação por indicação



Diretas

Voto direto para a Presidência da República. Durante o regime militar, o presidente da República era eleito por um colégio eleitoral

Voto aos 16

Voto é facultativo aos 16 anos. A partir dos 18 anos, o voto continua obrigatório

Voto do analfabeto

Pela primeira vez na história, pessoas que não sabem ler e escrever podem votar



União estável

O Estado reconhece a união estável como geradora de direitos como herança ou pensão alimentícia. Antes, só era reconhecido o casamento. O estado também passa a reconhecer como família a reunião de apenas um dos pais e seus filhos

Cotas

Reserva de vagas no serviço público para pessoas com deficiência



Função social da propriedade

O Estado pode tomar medidas intervencionistas caso avalie que seu uso pode ser danoso à sociedade, ao meio ambiente ou à economia nacional. Antes, a propriedade era um direito absoluto e inquestionável

Jovens

Crianças e adolescentes passam a ser responsáveis de toda a sociedade e têm prioridade absoluta com relação aos direitos de alimentação, educação, saúde e proteção à família. Antes, eram responsáveis exclusivas de suas famílias

Benefício de prestação continuada

Pessoas com deficiência física e mental carentes têm direito ao Benefício de Prestação Continuada no valor de um salário mínimo. A família tem de ter renda per capita inferior a um salário. Mudança recente permite que mais de uma pessoa da mesma família receba o benefício. Antes, quem já tivesse vínculo anterior à deficiência tinha direito a meio salário mínimo por mês

Aposentadoria por idade

O idoso, mesmo que nunca tenha contribuído para a Previdência social, tem direito a receber um salário mínimo por mês a partir dos 65 anos se a renda familiar for inferior a meio salário mínimo por pessoa. O limite de um quarto de salário foi considerado ilegal pelo Supremo Tribunal Federal em 2013. A Constituição determinou o benefício a partir dos 67, mas o Estatuto do Idoso, de 2003, baixou a idade. Antes, a partir dos 70, a pessoa recebia meio salário mínimo se tivesse contribuído por pelo menos 12 meses e exercesse atividade reconhecida pelo sistema

Saúde para todos

Todos os cidadãos, brasileiros ou não, passam a ter direito de ser atendidos pelo Sistema Único de Saúde. Antes, o extinto Inamps atendia somente as pessoas vinculadas à Previdência. O resto da população dependia de entidades beneficentes, como as santas casas



Racismo inafiançável

O racismo passa a ser crime inafiançável. Quem o pratica está sujeito à reclusão. Antes, era equivalente a uma contravenção penal, como por exemplo, o jogo do bicho



Direitos dos índios

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Assim, é reconhecido seu direito à diferença, ou seja, o direito de permanecer como índios

Municípios

Os municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a ter um plano diretor, que direciona seu desenvolvimento



Censura é proibida

Antes, jornais, livros, revistas, televisão e outros meios de comunicação ficavam sujeitos a censura prévia ou a intervenção de censores em suas atividades

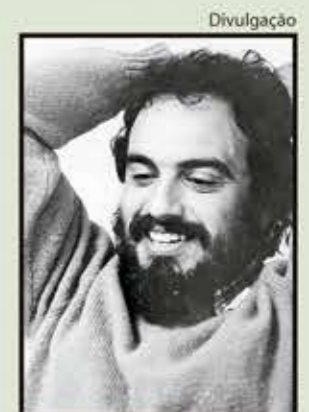


Indenização

Os anistiados políticos passam a ter direito a receber indenização pelos danos causados pela perseguição política à sua vida

Papel do STF

O cidadão passou a contar com o Superior Tribunal de Justiça para julgar suas causas que envolvam direito infraconstitucional. Antes, todas as questões eram analisadas pelo Supremo Tribunal Federal, que hoje só cuida da análise das questões constitucionais



Homenagem ao cartunista Henfil, morto há 25 anos